



# Câmara Municipal de Jataí

1

O Poder Que Vem do Povo

## PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

**Parecer nº 021/2017**

**Processo Licitatório 013/2017**

Cuida-se de procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial, para contratação de seguro total (cobertura abrangente) com assistência 24 (vinte e quatro) horas para 5 (cinco) veículos oficiais que compõem a frota da Câmara Municipal de Jataí, conforme especificação e características mínimas constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital Pregão Presencial nº 011/2017.

Consta nos autos orçamentos individualizados por veículo e para a frota.

Foi devidamente justificado a adoção do critério de julgamento por lote, ante a maior economia de escala, comprovada pelos orçamentos realizados, em respeito ao princípio da economicidade.

Houve manifestação dessa Procuradoria Jurídica quanto à minuta do Edital, e que a Apólice do Seguro constitui documento hábil para substituição do contrato.

O resumo do Edital Pregão Presencial nº 011/2017, foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 29 de novembro de 2017, ano 181 – Diário Oficial/GO nº 22.697 fl. 129/130; no site oficial da Câmara e em seus murais também no dia 29 de novembro de 2017, respeitando-se o prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis para apresentação das propostas, que foi determinada para o dia 12 de dezembro de 2017.

Compareceram à sessão pública para processamento do Pregão Presencial nº 011/2017, realizada no dia 12 de dezembro de 2017, as empresas GENTE SEGURADORA S/A, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Após a fase de negociação, as licitantes foram classificadas em ordem crescente de valor das propostas, ficando em primeiro lugar a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, com o valor de R\$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais); em segundo lugar a empresa PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com valor de R\$ 5.780,00 (cinco mil, setecentos e oitenta reais); e, terceiro lugar, a empresa GENTE SEGURADORA S/A,





com valor de R\$ 8.176,00 (oito mil, cento e setenta e seis reais).

Tendo chegado ao conhecimento da Pregoeira e equipe de apoio pelos documentos anexados à ata de realização do Pregão, que a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, sofrera sanção administrativa de impedimento temporário de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 06 (seis) meses e multa, aplicada pela CELIC/SEMARH, adotando o entendimento do STJ, de que a sanção de suspensão temporária impede o sancionado de licitar e contratar com toda a administração pública e não apenas com aquele órgão ou entidade aplicadora da sanção, desabilitou a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Inconformada, a empresa manifestou sua intenção em recorrer pelas seguintes razões: de acordo com o item 2.2.3 do edital 11/2017, apenas empresas inidôneas estão impedidas de participar do certame, não sendo o caso da empresa MAPFRE, uma vez que a sanção diz respeito somente ao órgão sancionador.

No dia 15/12/2017, a empresa recorrente apresentou suas razões de recurso, alegando que:

*"Foi indevidamente inabilitada, sob o entendimento de que estaria impedida de participar de licitações junto à Administração Pública, por conta de penalidade aplicada, isoladamente, pelo Estado do Rio Grande do Sul.*

*Entretanto, tal decisão não deve ser mantida, pois a penalidade aplicada pelo Estado do Rio Grande do Sul está SUSPENSA por força da decisão judicial proferida nos autos de ação anulatória de ato administrativo" (sic)*

Requer:

- I. o provimento do recurso, para reformar a decisão recorrida, determinando a habilitação e adjudicação da recorrente como vencedora, a fim de contratar a proposta mais vantajosa à Administração Pública;
- II. o recebimento do recurso no efeito suspensivo; e,
- III. subsidiariamente, a revogação do procedimento licitatório.

O Recurso e suas razões foram publicadas no site oficial da Câmara em 19/12/2017.

As outras empresas interessadas não apresentaram CONTRARRAZÕES ao Recurso interposto pela MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.

Seguindo o Parecer de nº 20/2017, desta Procuradoria Jurídica, a





# Câmara Municipal de Jataí

3

O Poder Que Vem do Povo


Pregoeira reconsiderou sua decisão de inabilitação da empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, para a considerar habilitada e vencedora do certame, uma vez que sua proposta está conforme o Edital e ser inferior ao valor de mercado apurado pelo setor de compras da Câmara Municipal de Jataí, bem como seus documentos estão em conformidade com o Edital.

Compulsando os autos verifico que todos os atos realizados estão em consonância com as regras da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei Estadual 17.928/12 e entendimentos do TCU.

Pelo exposto, ante a inexistência de irregularidade, **opino pela homologação do procedimento licitatório, e, pela ratificação dos atos praticados.**

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 27 de dezembro de 2017.

  
**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Geral**